

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO
DA VIOLÊNCIA

Gabriella Nazário Cirilo

**“PSICO-TINAS”: o relato da construção do serviço de Psicologia na Casa de Referência
da Mulher Tina Martins**

Belo Horizonte

2020

Gabriella Nazário Cirilo

**“PSICO-TINAS”: o relato da construção do serviço de Psicologia na Casa
de Referência da Mulher Tina Martins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane de Freitas Cunha Grillo

Co-orientadora: Profa. Dra. Fabiana Lúcia Campos Baptista

Belo Horizonte

2020

C578p Cirilo, Gabriella Nazário.
"Psico-Tinas" [manuscrito]: o relato da construção do serviço de Psicologia na Casa de Referência da Mulher Tina Martins. / Gabriella Nazário Cirilo. - - Belo Horizonte: 2020.
47f.
Orientador (a): Cristiane de Freitas Cunha Grillo.
Coorientador (a): Fabiana Lúcia Campos Baptista.
Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Violência contra a Mulher. 2. Psicologia. 3. Psicanálise. 4. Violência de Gênero. 5. Dissertação Acadêmica. I. Grillo, Cristiane de Freitas Cunha. II. Baptista, Fabiana Lúcia Campos. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WM 605



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA/MP



FOLHA DE APROVAÇÃO

“PSICO-TINAS”: o relato da construção do serviço de Psicologia na Casa de Referência da Mulher Tina Martins

GABRIELLA NAZÁRIO CIRILO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, área de concentração PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

Aprovada em 10 de dezembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cristiane de Freitas Cunha Grilo- Orientador

UFMG

Prof(a). Cristina Campolina Vilas Boas
PUC Minas

Elisa de Santa Cecília Massa
UFMG

Fabiana Lúcia Campos Baptista - Coorientador
UNI BH

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2020.

À força das mulheres, todas, juntas.

AGRADECIMENTOS

A vida é uma caixinha de surpresas. Se me perguntassem, há 10 anos, onde eu estaria e o que faria nos próximos 10 anos, eu nunca imaginaria que estaria finalizando uma etapa e no mestrado da Faculdade de Medicina da UFMG, e iniciando outra: a docência. Por isso, este meu trabalho teve início há 10 anos, em 2010, ano que ingressei na graduação de Psicologia. Não foi fácil este percurso, mas quem convive comigo sabe do amor que sinto pela minha profissão. Porém, nem tudo na vida são flores, e assim que me graduei, senti-me como a maioria dos recém-formados: num limbo, sem saber para onde ir ou por como começar. E um simples *post* numa rede social, seria a oportunidade que transformaria minha vida: atender voluntariamente mulheres em situação de violência. Na época, não tinha experiência. Mas fui e não fui sozinha. Sempre gostei de uma palavra e será ela a guiar esse momento: gratidão!

Gratidão à minha família, minha base, meu lar. Sou muito grata aos meus pais, Rosalmir e Dilce. Mesmo que eu tenha escolhido uma área de atuação profissional completamente diferente deles ou até do que imaginavam que eu seguiria, estiveram ao meu lado, sempre. Mesmo com todas as adversidades durante o caminho eles sempre estiveram lá e proporcionaram toda a estrutura para que eu pudesse conquistar meus sonhos, além de respeitarem minha escolha e me incentivarem. Gratidão! Sou grata à minha irmã Izabella, que mesmo com a diferença de idade, crescemos juntas. Dividimos as alegrias, angústias, estudos, brincadeiras e a escrita dessa pesquisa também. Tenho muito orgulho de você!

À Casa de Referência da Mulher Tina Martins, que me acolheu e confiou no meu trabalho, desde sua criação em 2016 até hoje, e permitiu que eu fizesse parte dessa linda história. Agradeço a Thatiane Mathia e ao Eliezer Lacerda, ambos responsáveis pelo *post* no Facebook e pela minha acolhida na casa. Agradeço a todas as coordenadoras Benárias: Indira Xavier, Isabela Sturzenek, Pedrina Gomes, Jessica de Castro, Ana Carolina Girundi, Renata Rocha, Bárbara Mota e tantas outras que fizeram parte desse trabalho. E sim, sou extremamente grata às minhas queridas amigas e colegas que fizeram todo esse trabalho comigo: as **Psico-Tinas**: Marina França, Luiza Nunes, Paola Borges, Karen Marques, Gabriela Velocini, Mariane Paula, Leísa Amaral, Carolina Carvalho, Luna Vitória, Paula Gonzaga, Solange Deciola, Larissa Albertin e Marina Margotti.

Sou grata à oportunidade de ser aluna do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG. Primeiramente, agradeço à querida professora Elza Melo, que me acolheu na universidade novamente, acreditando no

meu trabalho. Sou grata à minha orientadora Cristiane de Freitas Cunha Grillo, por toda a orientação assertiva, confiante no meu trabalho, mesmo com todos os impasses e limites. À minha co-orientadora Fabiana Batista, por todo carinho e cuidado durante o percurso. Não tenho palavras para descrever o quanto é significativo o aprendizado com vocês. Gratidão.

Aos membros das bancas avaliadoras: na qualificação com a professora dra. Elza Melo e professora dra. Marcia Rosa. E na banca de defesa, as professoras Dra. Cristina Campolina e Elisa Massa. Gratidão.

A todos meus colegas de turma, que estiveram juntos, dentro do possível, nas alegrias e tristezas. Em especial, agradeço ao carinho e cuidado da Karine Pedrosa, e dedicação e empenho da Mari Torres, que trabalha junto à secretaria do PSPV, e também com quem tive a felicidade de ter a companhia como colega de turma, proporcionando momentos leves e divertidos. Gratidão.

Ao Núcleo de Atenção Primária à Saúde, da graduação de Medicina da UFMG, especialmente ao Prof. Dr. Nathan Mendes, pela excepcional oportunidade de docência nas disciplinas de Atenção Primária à Saúde I e II. Gratidão!

Aos amigos e meus companheiros de trabalho na ONG Terceira Margem Prevenção e Pesquisa em Toxicomania, que além de acolherem-me em diversos momentos desse trajeto, também confiaram no meu trabalho, abrindo portas para ampliar a atuação na área de violência de gênero.

À Izabel Haddad, por toda escuta, desde a época da graduação. Durante todo o caminho percorrido, esteve comigo para além da escuta. Esteve presente com acolhimento, incentivo, cuidado e paciência, além de dar orientações necessárias. Nos momentos de maior angústia, em que tive vontade de desistir, você estava lá, para lembrar-me do meu desejo. Durante a gestação e o parto. Gratidão!

Sou muito feliz e grata aos meus amigos íntimos, que além de serem fonte de inspiração e força, também foram ponto de apoio, principalmente nos momentos de desespero. Gratidão.

A escrita não foi fácil e tive ajuda de anjos: Tia Dislene, que me ajudou, com toda doçura, na leitura e orientação da escrita, com sugestões precisas e preciosas. Gratidão.

Antes de concluir essa jornada, faço o recorte do momento de finalização deste trabalho: dezembro de 2020. Fim de um período que, infelizmente, deixa sua marca como o ano da pandemia do vírus da COVID-19. Foram inúmeras perdas pelo mundo. Por isso, expresso meus sinceros sentimentos a todos envolvidos.

Por fim, extrema gratidão a Deus, por algo tão essencial: eu ainda estou viva!

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de investigar a criação e implementação do serviço de Psicologia dentro de uma ocupação urbana social, militante e atuante no enfrentamento da violência contra a mulher. Um serviço de Psicologia, de caráter voluntário, atuando dentro de uma ocupação social de mulheres, a Casa Tina Martins, que acolhe e abriga mulheres em situação de violência é um acontecimento inovador. A Casa Tina Martins é uma ocupação social urbana, autogestionada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, localizada na cidade de Belo Horizonte – MG, que, dentre suas pautas, visa o combate à violência de gênero. Para conceber a presente dissertação, utilizam-se metodologias qualitativas de relato de experiências e/ou análise documental, ocorridas entre 2016 e 2018, e vinhetas de casos clínicos atendidos no período de 2016 a 2020. A pesquisa provoca uma reflexão sobre as políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher, almejando entender por qual razão houve a necessidade de implantação de uma ocupação urbana feminina para alertar a sociedade e os governantes sobre a saúde e a segurança das mulheres em situação de violência. Tendo a teoria psicanalítica como principal aporte teórico científico, a pesquisa também visa apresentar e refletir sobre a construção e atuação da equipe em questão, “Psico-Tinas”, seja tanto no nascimento e organização do serviço, quanto na atuação clínica, em atendimentos psicológicos psicoterápicos breves.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Políticas Públicas; Ocupações urbanas; Serviço de Psicologia; Psicanálise.

ABSTRACT

The present work was developed with the objective of investigating the creation and implementation of the Psychology service within an active, urban, social and militant occupation in confronting violence against women. A voluntary Psychology service, working within a social occupation of women, Casa Tina Martins, which welcomes and shelters women in situations of violence is an innovative event. Casa Tina Martins is an urban social occupation, self-managed by the Olga Benário Women's Movement, located in the city of Belo Horizonte - MG, which, among its guidelines, aims to combat gender violence. To design this dissertation, qualitative methodologies for reporting experiences and / or documentary analysis, which took place between 2016 and 2018, and vignettes of clinical cases attended between 2016 and 2020 are used. The research provokes a reflection on public policies aimed at combating violence against women, aiming to understand why there was a need to implement a female urban occupation to alert society and government officials about the health and safety of women in situations of violence. Having psychoanalytic theory as the main scientific theoretical support, the research also aims to present and reflect on the construction and performance of the team in question, "PsicoTinas", both at the birth and organization of the service, as well as in the clinical performance, in brief psychotherapeutic psychological care.

Keywords: Violence against women; Public policy; Urban occupations; Psychology Service; Psychoanalysis.

LISTA DE SIGLAS E ILUSTRAÇÕES

CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CEP – Comitê de Ética de Pesquisa

CERNA – Centro Risoleta Neves de Atendimento.

CNS – Conselho Nacional de Saúde

NUDEM – Núcleo de Defesa da Mulher

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	15
2.1 Violência de gênero e violência contra a mulher	15
2.2 O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil	17
2.3 A cidade de Belo Horizonte e sua relação com as mulheres em situação de violência	19
2.4 Ocupar é preciso – r(existir) também	20
2.4.1 Movimentos sociais e as ocupações urbanas	20
2.4.2 Surgimento da Ocupação Tina Martins	21
2.4.3 Construção e organização da Casa Tina Martins.....	23
3 CAPÍTULO 2: EQUIPE “PSICO-TINAS”	25
3.1 “Psico-Tinas” – Surgimento da equipe de Psicologia da Casa Tina Martins.....	25
3.2 Impasses e possibilidades: a criação de novo serviço.	27
3.2.1 “Ocupar qual lugar? ” A organização da equipe Psico-Tinas.....	27
3.2.2 É realmente necessária a criação de uma sala de atendimento?	28
3.3 Acolhimento institucional: criando possibilidades.....	29
3.4 atendimentos clínicos breves e a escuta psicanalítica	29
3.4.1 Fragmentos clínicos - construções e intervenções possíveis	29
3.4.2 Caso Bruna.....	33
3.4.3 Caso Sandra	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	42
6 ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. (BRASIL, 2011, p. 11). Na década de 1980, o movimento feminista foi alcançando visibilidade no Brasil e foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), cujo objetivo era promover políticas com a formulação e proposição de diretrizes de ações governamentais voltadas à promoção dos direitos das mulheres, visando a eliminar a discriminação contra a mulher e ampliar a participação delas em atividades políticas, econômicas e culturais. Ao avançar na história, em 2006, foi instituída a Lei Maria da Penha, bastante conhecida no senso comum da população brasileira, como a “*Lei que protege as mulheres da violência dos homens*”¹. A finalidade da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha é “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

Apesar da instauração, desde a década de 1980, de Conselhos Nacionais voltados para a garantia dos direitos da mulher e para leis instauradas com a finalidade protegê-la, dados recentes não corroboram esses objetivos. De acordo com o Atlas da Violência, do IPEA, lançado em 2019, com dados referentes a 2017, constata-se um crescimento significativo dos homicídios femininos no Brasil, totalizando 4.936 mulheres assassinadas no ano de 2017.

Portanto, percebe-se que mesmo havendo políticas públicas e leis federais visando ao combate da violência de gênero, tal fato não é suficiente para frear as ocorrências. Fazem-se necessárias mais ações, seja em nível governamental ou provenientes da sociedade civil para cobrar e garantir os direitos das mulheres frente à violência de gênero. Sendo assim, a Ocupação/Casa Tina Martins surgiu, em 2016, na cidade de Belo Horizonte. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins, conhecida popularmente como Casa Tina Martins é considerada a primeira ocupação de mulheres da América Latina, tendo como atributo singular ser construída e coordenada por mulheres jovens, em sua maioria na faixa de 20 anos de idade, incluindo as profissionais de psicologia da equipe. Na época, as psicólogas apoiadoras eram mulheres jovens, recém-graduadas, lançando-se em busca de experiência profissional clínica, além do interesse na temática da violência contra a mulher.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o surgimento, a organização e a atuação do serviço de Psicologia dentro de uma ocupação social urbana, a Casa Tina Martins. Em de julho de 2016, surgiu um serviço inédito até então: um serviço de Psicologia organizado, mas

¹ Relato colhido pela pesquisadora, em conversas informais com diversas mulheres com o intuito de saber seu conhecimento sobre a temática da violência contra a mulher.

não institucionalizado, dentro de uma ocupação social que acolhe e abriga mulheres em situação de violência, também de caráter inédito. A criação e a construção desse serviço aconteceram em consonância ao nascimento e estruturação da Casa Tina Martins.

Ao relatar essa experiência, utilizo a teoria psicanalítica como fundamentação teórica. Assim, destaco a importância de alguns significantes, como *novo* e *início*, que se repetirão como significantes (S1) ao longo deste relato de experiência. Segundo o *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, Kaufman (1996, p. 472), o termo *significante*, para a teoria psicanalítica lacaniana vem de uma variação da linguística. O significante para linguística de Saussure é a representação psíquica do som assim como os sentidos os percebem, ao passo que o significante é o conceito que ele corresponde. Ao considerar as operações metafo-metonímicas, Lacan define a inversão do algoritmo de Saussure, afirmando a supremacia do significante sobre o significado: o significante vai constituir na estrutura sincrônica do material da linguagem, enquanto o significado o rege historicamente. (Kaufman, 1996, p. 472),

O significante é antes de tudo significante da falta no Outro; o Outro é o garante da fala com a condição de não admitir, por sua vez, que um Outro do Outro possa passar por verdade; por isso ele induzirá um afastamento entre um significante e um outro significante; será somente num outro tempo que poderemos ter acesso ao significado. Lacan escreverá por isso que "o efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito"; essa causa recobre a questão da castração e, ademais, seu funcionamento é organizado pelo processo da metáfora paterna: um significante S2 representa um significante S1 recalcado e S2 o substituiu (KAUFMAN, 1996, p. 473).

Ao analisar essa “nova” experiência, através do olhar da psicanálise, retomo o postulado de Jacques-Allain Miller, que cria o conceito do psicanalista como *objeto nômade*. Segundo Miller (2006, p. 8-9), diante de conceitos lacanianos, como o discurso analítico e principalmente o ato analítico – que permitem conceber o analista como *objeto nômade* e a psicanálise como uma “instalação portátil, suscetível de deslocar-se para novos contextos e, em particular, para as instituições” – há um lugar analítico possível na instituição, de acordo com os relatos de casos que “mostram e demonstram, evidenciam, que os efeitos psicanalíticos propriamente ditos se produzem no seio de contextos institucionais, não importando o quanto esses contextos autorizem a instalação de um lugar analítico”, Miller (2006, p. 8-9). Graças à posição de *objeto nômade*, não é necessário que a instituição seja orientada pela teoria psicanalítica ou que seja necessária uma “autorização” institucional para a psicanálise se fazer, ali, presente e atuante. A partir dessa posição, o analista pode ocupar um *Lugar Alfa* na instituição. Segundo Miller (2006, p. 8-9), a função do psicanalista no *lugar alfa* é o de escutar a queixa e, a partir dessa

escuta, transformar a queixa em pergunta. Nesse caminho, o sujeito passa a elaborar a resposta na pergunta construída por ele mesmo. A psicanálise visa a manter justamente o lugar de vazio, podendo ser preenchido e trabalhado justamente com o que vier de demanda.

O primeiro capítulo da dissertação tem por objetivo compreender as políticas públicas, as mulheres e a violência contra ela, apresentando conceitos e analisando as políticas públicas já implementadas e como elas ressoam na cidade. Como a pesquisa é realizada na cidade de Belo Horizonte, também são apresentadas e analisadas as estratégias de enfrentamento à violência, proporcionada pela capital do Estado de Minas Gerais contra as mulheres que residem na cidade e região metropolitana. Ainda, ao falar do ambiente urbano, é necessário ressaltar a importância das ocupações urbanas para reivindicação de direitos humanos, inclusive os direitos das mulheres em situação de violência. Sendo assim, ao final desse capítulo, são apresentados o contexto e o nascimento da Ocupação Tina Martins que se tornou a Casa Tina Martins, em julho de 2018.

No segundo capítulo, é apresentada a construção e organização da equipe de psicologia voluntária atuante dentro do espaço físico da ocupação. As psicólogas da equipe foram carinhosamente nomeadas como “Psico-Tinas”. Ao longo desse capítulo, é relatado como surgiu a equipe, como ela se articulou e as possibilidades e limites vividos por elas naquele momento. Ao final do capítulo, é apresentado o acolhimento institucional das mulheres que procuram a Casa Tina Martins em conjunto com acolhimento psicólogo. Por isso, são apresentadas vinhetas de casos clínicos atendidos pela equipe e os manejos possíveis feitos naquele momento.

A pesquisa de metodologia qualitativa, escolhida para este trabalho, utiliza dados coletados entre 2016 e 2018, seja de relato de experiência ou análise documental seja de vinhetas de casos clínicos atendidos no período de 2016 a 2020. Além disso, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da UFMG, de acordo com a Resolução CNS 466/12, em janeiro de 2020. O trabalho possui também o Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD), assinado pelos pesquisadores responsáveis e aprovados pelo Comitê de Ética em questão, além de possuir a anuência da instituição Casa Tina Martins. Todos os documentos encontram-se no anexo ao final dessa dissertação, bem como disponibilizados na Plataforma Brasil, local virtual da alocação do Parecer Consubstanciado do CEP.

2 CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2.1 Violência de gênero e violência contra a mulher

A violência contra a mulher pode ser compreendida como qualquer ato ou conduta violenta direcionada ao gênero feminino, enquanto sujeito de direitos, ou seja, qualquer ato contra a mulher que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública quanto na esfera privada (ACOSTA *et al.*, 2015, p. 122). A partir dessa definição, percebe-se a amplitude e as diferenças das várias formas de atos violentos contra as mulheres, por exemplo, a violência ocorrida na comunidade, que compreende os atos de violação e abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro, assédio sexual em ambientes laborais, educacionais, estabelecimento de saúde e qualquer outro, podendo ser praticada por qualquer pessoa. Outro exemplo é a violência institucional, aquela cometida ou tolerada pelo Estado e seus agentes em qualquer estabelecimento (BRASIL, 2011, p. 19).

Dentro do espectro da violência de gênero, é possível destacar a violência doméstica contra a mulher, amplamente divulgada pela Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que compreende a violência em contexto de relações interpessoais e/ou intrafamiliares, considerando as violências físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais, seja dentro ou fora do ambiente doméstico (BRASIL, 2006). Segundo o documento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011), é impossível entender a violência contra a mulher sem considerar a compreensão de gênero, que é:

a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno, portanto, que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento, bem como o reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação (BRASIL, 2011, p. 20).

Ao refletir brevemente sobre o conceito, Marlise Matos (2015) discute, analisa e define o verbete “gênero” na obra *Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. A problematização do conceito *gênero* surgiu inicialmente na década de 1950, a partir do interesse da ciência biológica ao estudar o conjunto de atitudes e comportamentos que poderiam ser atribuídos a homens e mulheres. Naquela década, o gênero estava atrelado ao conceito de sexo, particularmente o binarismo do sexo. Segundo Matos (2015), é possível considerar o sexo uma categoria natural e biológica para referir ao fato de que o humano é uma espécie que exige diferenciação sexual para reproduzir. Seguindo essa linha de raciocínio, o conceito de sexo binário (macho e fêmea) aproxima-se do conceito de

gênero (masculino e feminino). Segundo a visão da ciência biológica dos anos 1950, considera-se que sexo/gênero é um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nos quais essas necessidades sexuais são satisfeitas, sejam elas heterossexuais ou homossexuais. (RUBIN, 1979, *apud* MATOS, 2015).

Dando continuidade a essa breve problematização, Matos (2015) sinaliza o modo como homens e mulheres comportam-se frente aos diversos contextos sociais, passando a ser compreendidos como produto de um intenso e duradouro processo de aprendizagem sociocultural de gênero que, por sua vez, transmite a cada pessoa como agir conforme as prescrições já estabelecidas anteriormente para cada sexo. Portanto:

As dimensões, sentidos, símbolos, significados sociais e políticos diferenciados que estão associados aos sexos, seja masculino ou feminino, e também as posições relativas à homo ou heterossexualidade constroem, de modo igualmente diferenciado e frequentemente assimétrico e desigual, os gêneros (MATOS, 2015, p. 153).

Com isso, segundo a autora, há uma expectativa e precisão sociais em relação a como homens e mulheres devem se comportar, considerando o masculino e o feminino. A autora destaca a compreensão geral das diferenças de gênero, no “senso comum”, como se fossem “naturais”, oriundas tanto dos corpos e da biologia, quanto de um lugar social e político. Matos (2015) retoma os postulados das ciências humanas e sociais sobre a formulação deste conceito, defendendo que as tais diferenças citadas entre os gêneros foram construídas para atender aos interesses de grupos sociais dominantes. Dessa maneira, a base da construção do conceito de gênero foi pensada e construída considerando a ideia hierarquizada do homem superior à mulher, apoiado nos argumentos acima descritos. Sendo assim, Matos (2015) pontua a “base”, o ponto inicial de partida que organiza os fundamentos da concepção de gênero, sendo esta identificada como masculina, branca, heterossexual e em posição de vantagem social.

Por fim, Marlise Matos (2015) sugere as seguintes considerações sobre o conceito de gênero:

- a) Refere-se à dimensão de construção social, política e histórica de sentidos e significados para distinção e aproximação entre mulheres e homens, femininos e masculinos, feminilidades e masculinidades
- b) Trata-se de um construto de caráter eminentemente relacional;
- c) Remete às formas como tais relações e interações foram construídas a partir de diferentes polos hierarquizados de poder: homens/dominantes e mulheres/subalternizadas, entre aquelas formas mais clássicas de assimetria (mas existem outras)

d) Parte da existência da construção de um padrão hegemônico de dominação/opressão/subalternização dos homens em relação às mulheres, mas também permite a localização de outros possíveis vetores de orientação e poder (mais emancipatórios e democráticos, inclusive), para as relações de gênero (MATOS, 2015, p. 154).

Desta forma, é concebível que a problemática em questão não se trate apenas de diferenças entre os gêneros, mas de desigualdades em diversas esferas. Por isso,

A violência contra as mulheres só pode ser entendida no contexto das relações desiguais de gênero, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e patriarcal. As desigualdades de gênero têm, assim, na violência contra as mulheres, sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2011, p. 21).

2.2 O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil

Diante do exposto, é possível afirmar que o conceito de violência contra a mulher tem sua raiz na problemática de gênero, sendo considerado um problema multifacetado, com origens histórico-culturais e perpassado também por questões ético-raciais, de classe e geração (BRASIL, 2011, p. 19). Segundo Elza Melo e colaboradores, no livro *Para Elas*:

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública e atinge diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade e raças. Constitui uma das principais formas de violação dos direitos humanos, pois atinge a mulher em seus direitos à vida, à saúde e a integridade física” (MELO; MELO, 2016. p. 19).

Nesse sentido, o documento *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, de 2011, defende que, ao falar sobre essa temática, é necessária a implicação do Estado e governantes na formulação e execução de políticas públicas voltadas para o combate da violência contra a mulher. Esse enfrentamento necessita de uma abordagem intersetorial e multidimensional, exigindo uma atuação conjunta de diversos setores, tais como saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, justiça, entre outros. (BRASIL, 2011).

Ao fazer o recorte do contexto brasileiro nesta temática, é possível lembrar que a década de 1980 foi considerada a “Década da Mulher” pela ONU, pois foi uma época crucial para a implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência. (BRASIL, 2011). Segundo Melo, no livro *Para Elas*, de 2016, em 29 de agosto de 1985, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), cujo objetivo era promover políticas, formulando e propondo diretrizes de ações governamentais voltadas à promoção dos direitos das mulheres, visando eliminar a discriminação contra elas e ampliar a participação das mesmas em atividades políticas, econômicas e culturais. A criação do CNDM foi a primeira ação efetiva de política

pública voltada para a defesa dos direitos das mulheres, abrindo as portas para outras ações, também na esfera pública. Alguns exemplos podem ser citados: em 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; no ano seguinte, aconteceu a inauguração da primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte no país, pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (BRASIL, 2011).

Mesmo com o avanço das políticas públicas brasileiras voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, tal violação permanecia e acontecia nos lugares onde as vítimas deveriam se sentir mais seguras: no ambiente doméstico. A violência perpetuada pelo parceiro íntimo, seja em local privado ou público, ainda é deslegitimada por muitos, que se baseiam, muitas vezes, no velho ditado popular: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Em consonância a essa crença, o primeiro Código Civil Brasileiro, promulgado em 1916, determinava em seu artigo 6º que “as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal, são relativamente incapazes frente a alguns atos da vida civil”, a exemplo de necessitar de autorização do marido para diversas atividades, como trabalhar, entre outros, sendo revogado somente em 2002 (PENNA; BELO, 2017, p. 2).

Por isso, é possível apontar uma aversão imensa do Estado em interferir nas relações sociais que envolvam vínculos afetivos e/ ou familiares. O marco dessa resistência e também do ponto de mudança expressiva no Código Civil é o caso da mulher Maria da Penha, figura que hoje é amplamente conhecida devido à criação da lei em sua homenagem, em 2006. Em 1983, Maria da Penha Maia Fernandes sofreu uma tentativa de assassinato por arma de fogo pelo seu marido, que a deixou paraplégica. A partir desse fato amplamente divulgado, o Brasil foi intimado pelos órgãos internacionais a cumprir os acordos firmados nos tratados internacionais assinados, principalmente no que diz respeito à prevenção da violência doméstica (PENNA, 2014).

Em sete de agosto de 2006, a Presidência da República do Brasil tornou vigente a Lei 11.340 – Lei Maria da Penha –, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, através de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). A lei assegura à mulher os direitos fundamentais inerentes a qualquer pessoa humana, ou seja, ela assegura às mulheres condições de direito à vida, à segurança, à liberdade, à saúde, à alimentação, entre outros, independente da classe social, raça, etnia, cultura, nível educacional, idade, religião e orientação sexual. O que parece óbvio, no entanto, pode ser considerado um grande avanço, já que é uma grande mudança frente ao primeiro Código Civil, citado acima, vigente até o ano de 2002.

Logo nas primeiras linhas da Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, é citada claramente sua finalidade: “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006, p.1). Ainda no primeiro parágrafo da lei em questão são identificados três objetivos (ou significantes) que ela visa alcançar: “Prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”. (BRASIL, 2006, p.1). Contudo, não é isso o que as pesquisas recentes demonstram. De acordo com dados mais recentes do Atlas da Violência, lançado em 2019, mas com dados referentes à 2017, houve um crescimento significativo dos feminicídios no Brasil, totalizando 4936 mulheres assassinadas no ano de 2017. Esses dados mostram que, naquele ano, treze mulheres foram assassinadas a cada dia e cerca de 221 mil registraram em delegacias os episódios de agressão decorrentes de violência doméstica. Esse número pode estar subestimado, dado que muitas vítimas podem sentir medo ou vergonha de denunciar (IPEA, 2019).

2.3 A cidade de Belo Horizonte e sua relação com as mulheres em situação de violência

Segundo dados fornecidos pelo Balanço 2016-2018 da Casa Tina Martins, baseados em pesquisas científicas e de mídias locais de Belo Horizonte e região, é possível afirmar que 397 mulheres foram assassinadas no estado de Minas Gerais no ano de 2016, isto é, houve um aumento de 18,5% em relação ao ano anterior. Ainda sobre o ano de 2016, foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro, conforme informações disponibilizadas no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, totalizando 135 casos de estupros por dia, uma média de 6 casos a cada hora. (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2018).

Conforme previsto na Lei Maria da Penha, são necessários serviços de assistência e proteção da mulher, baseados em atendimentos multidisciplinares. No caso específico do município de Belo Horizonte, uma das maiores capitais do Brasil, esses serviços existem, mas ainda são muito pouco efetivos para a necessidade da cidade, tendo em vista esses dados alarmantes. No ano de 2016, na capital mineira, é possível citar alguns pontos de apoio à mulher em situação de violência: a delegacia das mulheres; o Bem-vinda, Centro de Apoio à Mulher, da Coordenadoria Municipal de Direitos da Mulher, da Prefeitura de Belo Horizonte; a Casa Abrigo Sempre Viva, do Consórcio Mulheres; o NUDEM – Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência e o CERNA (Centro Risoleta Neves de Atendimento). Esses dois últimos são de criação e coordenação do estado de Minas Gerais. Destaco também a atuação do Projeto “Para Elas. Por Elas, Por Eles, Por Nós”, do Núcleo de Promoção de Saúde e Paz, da Faculdade de Medicina da UFMG, que atua em atendimentos ambulatoriais, rodas de conversas, oficinas voltadas para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade.

À primeira vista, acredita-se que Belo Horizonte está bem equipada e amparada no que concerne à violência contra a mulher. Porém, a realidade é que esses dispositivos sofrem várias dificuldades: infraestrutura extremamente precária, corte de verba e de funcionários complicam ainda mais a execução do serviço. No ano de 2016, na Casa Abrigo Sempre Viva, abrigo de endereço sigiloso, voltado para mulheres em risco eminente de morte, havia somente 13 leitos para atender toda a cidade de Belo Horizonte e algumas da região metropolitana. Esse número é ínfimo perto do que a capital do Estado de Minas Gerais necessita.

2.4 Ocupar é preciso – r(existir) também

2.4.1 Movimentos sociais e as ocupações urbanas

Ao pensar na construção histórica da sociedade moderna e contemporânea, os movimentos sociais sempre estiveram presentes e atuantes, pois representam, segundo Gohn (2011), as forças sociais organizadas, uma junção de pessoas visando a um espaço para execução de atividades e experimentação social, sendo essas ações vistas como fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. No artigo “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”, Marta da Glória Gohn postula o que são os movimentos sociais, a partir de diversos olhares e conceitos existentes. Dentre eles, é possível destacar, a partir da visão da autora, que os movimentos sociais são:

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

Ainda, segundo Gohn (2011), é possível elucidar características fundamentais sobre as pessoas que militam nos movimentos sociais: elas possuem identificação entre si, normalmente tem um opositor em comum e articulam-se ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Nesse contexto, é possível apontar um fenômeno que é construído e constituído pelos movimentos sociais: as ocupações sociais urbanas. Segundo o arquiteto Thiago Castelo Branco Lourenço (2017), a ocupação é uma ação planejada e estruturada por um ou vários movimentos sociais, com discursos e finalidades que ultrapassam a questão da moradia e pretendem uma oposição política mais ampla. Sendo assim, a ocupação urbana fundamenta-se na ação de ocupar imóveis vagos que não cumprem nenhuma função social, servindo apenas a propósitos especulativos (LOURENÇO, 2017).

Neste contexto, o autor ainda propõe uma reflexão sobre as ocupações urbanas, ao elucidar sobre a legitimidade do significante *ocupar*:

O termo ocupação remete à legitimidade que o ato de ocupar uma terra urbana proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes, sendo assim o conceito utilizado para designar essas ações e lugares (LOURENÇO, 2017, p. 196).

Ao retomar os movimentos sociais e sua relação inseparável com as ocupações urbanas, destaca-se outra possibilidade de atuação: a luta feminista. A luta feminista ganhou força e visibilidade a partir da segunda metade do século XX. As militantes da causa visavam a garantia do espaço e do reconhecimento das mulheres na sociedade, rompendo com as limitações impostas frente aos diversos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos para conquistar direitos de cidadania e ter voz ativa e presente na esfera pública social.

Por fim, ao pensar na junção desses três diferentes pilares, os movimentos sociais, as ocupações urbanas e a luta feminista, intrínsecos entre si, é possível pontuar uma inquietação sobre os movimentos sociais, que também pode ser estendida aos outros dois pilares, explicitada pela autora Maria Gloria Gohn:

Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver -se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. [...]. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (GOHN, 2011, p. 336-337).

2.4.2 Surgimento da Ocupação Tina Martins

A partir da breve exposição da situação do Brasil no contexto da violência doméstica até o ano de 2016, com o foco na cidade de Belo Horizonte, é possível compreender as razões que levaram um grupo de mulheres militantes a ocuparem um espaço público desativado, com o intuito de protestar sobre as condições desfavoráveis das políticas públicas específicas para as mulheres em situação de violência. No dia 8 de março de 2016, as mulheres militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, com o apoio do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) ocuparam um espaço público, o antigo Restaurante Universitário da Escola de Engenharia da UFMG, que estava desativado, localizado na Rua Guaicurus, território

conhecido como “Zona Boêmia” da cidade de Belo Horizonte, bastante famoso pelos hotéis de prostituição. Trata-se da Ocupação Tina Martins, em homenagem à Espertina Martins, jovem operária e militante gaúcha que, em 1917, participou de uma greve de trabalhadores e confrontou a polícia com um “buquê-bomba”, imagem que se tornou símbolo da Casa Tina Martins.

O Movimento de Mulheres Olga Benário é um movimento social feminista e classista e que milita em prol da defesa das mulheres e da luta de classes sociais. Composto por mulheres, o movimento surgiu a partir da necessidade de organização de mulheres brasileiras contra a violência, a opressão e a exploração da mulher, além das injustiças existentes na sociedade atual (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2017). De acordo com a 2ª edição da Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário (2017, p. 5), seu surgimento aconteceu em março de 2011, a partir da organização da delegação brasileira que esteve presente na 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base em Caracas, Venezuela. O movimento social em questão foi crescendo e tornando-se cada vez mais organizado. Por isso, em 2014 foi realizado o 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário. Neste evento, que teve a presença de trezentas mulheres de diversas regiões do Brasil, foi eleita a primeira Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário, contando com a representação das mulheres militantes de treze estados do país. Seu objetivo é militar em prol da mulher, além de “lutar pelos seus direitos e para acabar com o injusto sistema patriarcal/capitalista” (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2017, p. 5).

Ao ocupar o espaço público do antigo Restaurante Universitário da Escola de Engenharia da UFMG, as militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário tinham o intuito de chamar atenção dos governantes para essa falta de cuidado com a mulher em situação de violência e vulnerabilidade. A Ocupação Tina Martins chamou atenção da mídia e principalmente do governo. O intuito da ocupação era (r)existir, pois almejava reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, resistia às forças contrárias a suas ideias. Ela permaneceu ativa nesse formato durante 87 dias, sustentando-se de doações e trabalho voluntário. Com isso, após longas negociações com o governo do estado, em junho de 2016, surge a Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

2.4.3 Construção e organização da Casa Tina Martins

A primeira ocupação de mulheres de Belo Horizonte tornou-se a Casa de Referência da Mulher Tina Martins², voltada à mulher em situação de violência, em especial a violência doméstica – ação inédita na América Latina. De acordo com o seu estatuto social vigente, a partir de janeiro de 2020, a Associação Tina Martins³, de nome fantasia TINA MARTINS, tornou-se uma associação civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Paraíba, 641, Bairro Funcionários, região centro-sul de Belo Horizonte.

Desde sua fundação, a Casa Tina Martins é auto-gestionada e coordenada pelas militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, também chamadas de Benárias. A Casa Tina Martins mantém-se ativa através de doações e trabalho voluntário, inclusive profissional especializado. Apesar de estar localizada em um espaço físico de caráter público⁴ e participar da Rede de Enfrentamento à Violência, a Casa Tina Martins mantém sua autonomia como ocupação social urbana, portanto, não possui nenhum vínculo institucional com o governo.

De acordo com o Estatuto Social da Associação Tina Martins, o objetivo principal é lutar pelo fim de todos os tipos de opressão contra as mulheres. Sendo assim, ela apresenta quatro finalidades, de acordo com estatuto vigente no ano de 2020:

- I. Formação política: atuar em conjunto com a sociedade e movimentos de mulheres, por meio de rodas de conversa, debates, oficinas, audiências públicas, seminários, dentre outros, visando ao empoderamento das mulheres para que se tornem suficientemente capazes de enfrentar as dificuldades impostas pela sociedade no que tange à cultura do machismo, sexismo, racismo, preconceitos diversos;
- II. Atendimento primário: promover a orientação das mulheres, disponibilizando mecanismo de apoio (psicológico, assistencial, jurídico, nutricional, dentre outros) e o combate à violência, bem como apresentado à Rede Estadual de Enfretamento à Violência Contra a Mulher.
- III. Proteção à vida e à integridade da mulher: encaminhar as mulheres vítimas de violência que se encontrem em risco iminente para os serviços existentes e atendimento e apoio, respeitando seu livre arbítrio, mas colocando sempre em primeiro lugar sua vida e integridade, bem como de todas as pessoas envolvidas nos projetos da associação.
- IV. Acolhimento e, sempre que possível, abrigamento de mulheres em situação atípica à Rede de Enfrentamento, quais sejam, casos de mulheres em situação de violência cuja natureza se traduza em:
 - a) Fora de risco iminente de morte;

² Nome completo da instituição, apesar de ser amplamente conhecida como Casa Tina Martins.

³ A instituição foi registrada em cartório como Associação Tina Martins, apesar de ser amplamente conhecida como Casa Tina Martins.

⁴ O espaço físico da Casa Tina Martins é propriedade pública, cedida às militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, após negociações citadas anteriormente.

- b) Mulheres com filhos (crianças e adolescentes);
- c) Violências de qualquer natureza para além da doméstica
- d) Preconceito de gênero
- e) Fragilidade nos âmbitos financeiro, profissional, documental, entre outros (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2020, p. 1).

3 CAPÍTULO 2: EQUIPE “PSICO-TINAS”

3.1 “Psico-Tinas” – Surgimento da equipe de Psicologia da Casa Tina Martins

A partir do segundo semestre de 2016, a Casa Tina Martins erguia-se e reinventava-se a cada novo desafio. Simultaneamente, marcava-se o início do serviço de Psicologia dentro da ocupação, a partir de um *post* na rede social *Facebook*, em julho de 2016, que dizia: “Procuramos psicólogas voluntárias para atuar com mulheres em situação de violência, por um turno na semana”. A procura por profissionais dispostas a atuar voluntariamente surgiu a partir da demanda de atendimento psicológico para as mulheres que procuravam o auxílio ofertado pela Casa Tina Martins. O *post* teve um grande alcance e chegou até mim e outras psicólogas. Ao conhecer a Casa Tina Martins, fomos recepcionadas por dois jovens: um homem apoiador, estudante de Psicologia, e uma mulher, coordenadora do local. Eles apresentaram as dependências e contaram brevemente a história e o propósito da casa.

A partir de agosto de 2016, o serviço de Psicologia já atuava na Casa Tina Martins, ainda de maneira fragmentada, pois havia pouco contato entre os profissionais atuantes. O fluxo de atendimento psicológico acontecia da seguinte maneira: a coordenação encaminhava os casos a serem atendidos para cada psicóloga que se comprometia voluntariamente com o atendimento psicológico durante um turno por semana.

Nesse aspecto, trago o significante *novo*, pois a atuação da profissional de Psicologia dentro do local era recente, tanto para as psicólogas quanto para a coordenação da Casa Tina Martins, que não detinha o conhecimento da atuação profissional do psicólogo. Ao refletir *a posteriori*, é justificável o *não saber* sobre o trabalho executado, pois, ao considerar novo local, com novos propósitos, a sua ideia era construída e reconstruída a cada *novo* desafio que surgia.

Ademais, o significante *a posteriori* permeará as reflexões desta pesquisa, pois, em alguns momentos, somente *a posteriori* foi possível elaborar algo, assim como Guéguén, (2007, p. 17-18) explica no texto “Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada”. Ele relembra, a partir de sua leitura da teoria lacaniana, que é *a posteriori* que se pode dizer algo sobre o que se passou entre um praticante e seu paciente. Então, é *a posteriori* que se verifica, permanentemente, “através de diversos meios, que houve um analista e que este, em suma, tem uma ideia do que constitui seu ato, ou seja, uma ideia da maneira como seu desejo foi engajado na operação” (GUÉGUÉN, 2007, p. 18).

Sobre os desafios do início da construção do serviço de Psicologia, é possível pontuar a grande rotatividade de profissionais apoiadores, incluindo os profissionais de Psicologia. Ao refletir sobre essa rotatividade, é possível descrever as dificuldades existentes na vida desses apoiadores, que, em sua maioria, são mulheres. Considerando a desvalorização da mulher em diversos lugares, dentre eles o espaço de trabalho, em conjunto da realidade econômica capitalista vigente no século XXI, é possível conceber que, por mais que haja vontade de atuar voluntariamente na causa, nem sempre é possível mantê-lo ao longo do tempo.

Os desafios também eram vistos e vividos pelas psicólogas apoiadoras. Retomando o fluxo de trabalho da equipe de julho de 2016 até o fim do mesmo ano, uma coordenadora da Casa Tina Martins encaminhava os casos a serem atendidos para cada profissional. Os encaminhamentos eram realizados via telefone ou mensagens de *WhatsApp*. A profissional deslocava-se até a então ocupação na data e hora marcada, realizava o atendimento, podendo ou não remarcar novas sessões. A impossibilidade de encontro entre as psicólogas, frente a tantas questões novas e desafiadoras, foi motivadora para mobilizar a união entre as colegas apoiadoras. Houve tentativas de marcar uma reunião presencial, mas devido à ausência de horários em comum, a tecnologia foi a solução encontrada para tentar aproximar as profissionais. Um grupo de *WhatsApp* foi criado, contendo algumas benárias e as psicólogas atuantes no momento. Ao nomear o grupo, surgiu um singelo apelido que futuramente nomearia o time: “equipe Psico-Tinas”.

A partir da troca de mensagens instantâneas, a aproximação entre as psicólogas ocorreu, tornando possível a realização de reuniões presenciais, a partir de uma comunicação mais efetiva, via *WhatsApp*. Com isso, pode-se dizer que o serviço de Psicologia “Psico-Tinas” começou a tomar forma e tornou-se uma equipe. Foram alguns meses de trocas de experiências, seja por *WhatsApp* ou reuniões presenciais, marcados pela imensa riqueza de troca de experiências, afetando positivamente a condução dos casos clínicos, além do fortalecimento do trabalho do psicólogo dentro da Casa Tina Martins.

3.2 Impasses e possibilidades: a criação de novo serviço.

3.2.1 “Ocupar qual lugar?” A organização da equipe Psico-Tinas

Ao tornar-se uma “equipe”, o serviço de Psicologia da Casa Tina Martins cresceu e alcançou visibilidade para além da instituição. Por conseguinte, as “Psico-Tinas” puderam atuar em lugares fora da instituição e foram convidadas a dar entrevistas para a mídia e palestras em universidades. A aproximação com o meio acadêmico aconteceu com o Centro Universitário UNA e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, para acolher estágios obrigatórios de alunos da graduação de Psicologia ou projetos de extensão universitária.

Sendo assim, entre tentativas e erros, as Psico-Tinas, em conjunto, construíam e organizavam o serviço, a partir de reuniões de equipe, nas quais eram deliberadas as linhas norteadoras para a atuação, naquele presente momento de 2017. Outro desdobramento do S1 *novo a falta*, manifestava-se em um saber dizer sobre o trabalho realizado. Porém, ao analisar sob outra perspectiva, é possível dizer que havia um saber em comum na equipe Psico-Tinas, o saber-fazer. Ao retomar a literatura psicanalítica, em específico sobre a Psicanálise Aplicada, Jean Daniel Matet e Judith Miller, na sua obra *Pertinências da Psicanálise Aplicada*, afirmam, a partir da releitura do texto “Ato de Fundação”, de Jacques Lacan, que “não há Psicanálise Aplicada sem a Psicanálise Pura” (MATET; MILLER, 2007, p. 1), ou seja, eles definem que ao trazer à luz esses conceitos, Lacan refere-se à dedicação que os analistas possuem, caso estivessem preparados o suficiente para explicitar a aplicação da Psicanálise à luz da “Psicanálise Pura”. Portanto, podemos pensar na expansão da aplicabilidade da Psicanálise para além do consultório, como em instituições. Então, mesmo a Casa Tina Martins não sendo uma instituição orientada pela Psicanálise, isto não impede a ação da Psicanálise Aplicada nos atendimentos. Ainda dentro da mesma obra, é possível citar o texto “Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada”, de Pierre Gilles Gueguen (2007, p.17), em que o autor afirma que “não há nenhuma garantia, a priori, de que um tratamento seja psicanalítico”.

A partir da deliberação registrada no documento Ata de Reunião Psico-Tinas, realizada no primeiro semestre de 2017, assumi a função de coordenadora da equipe de Psicologia, com o objetivo de “centralizar a comunicação e reestruturar o núcleo de Psicologia” (Ata de Reunião Psico-Tinas, 2017). Ao concordar com esse desafio de coordenar a equipe de Psicologia, percebia que as possibilidades estavam lançadas rumo ao outro deslocamento do S1 “*novo*”: *o desconhecido*. Ao descrever brevemente a atuação da coordenadora da equipe Psico-Tinas, é

importante pontuar dois momentos diferentes: 1. um trabalho mais administrativo e burocrático, ao assumir funções de representatividade legal frente ao serviço de Psicologia prestado, no Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG); 2. a atuação frente ao trabalho metodológico e clínico, gerando uma interlocução que propicia a construção de casos clínicos entre equipe, ou até mesmo uma conversação clínica.

Além do mais, ainda persistia a inquietação frente ao espaço físico da Casa Tina Martins nesse item: “Necessidade de firmar a sala de atendimento na frente da casa. Adquirir aparelho de som para a sala de espera, visando um sigilo maior?” (Ata de Reunião Psico-Tinas”, 2017). Naquela época, a equipe Psico-Tinas preocupava-se muito com a ausência de um espaço fixo de atendimento, já que o atendimento psicológico não tinha lugar para ser realizado. Ele acontecia onde era possível no momento. Portanto, é possível dizer que no imaginário da equipe Psico-Tinas, a criação de uma sala de atendimento poderia demarcar o lugar da Psicologia dentro da Casa Tina Martins.

3.2.2 É realmente necessária a criação de uma sala de atendimento?

Ao relembrar da história do início da Casa Tina Martins e do início da atuação da Psicologia dentro da casa, pontua-se que era tudo novo, exceto pelo espaço físico, em condições quase insalubres. O espaço físico da casa estava até então sob os cuidados do poder público estadual de Minas Gerais, porém estava abandonado. A casa precisava de obras, que incluíam reparos no teto, paredes, rede elétrica e hidráulica, e, por consequência, alguns pontos estavam sem energia elétrica, havia mofo nas paredes e no chão, goteiras, banheiros sem condições de utilização, além da sujeira de um ambiente abandonado. Foram feitas diversas faxinas para amenizar a insalubridade do ambiente, porém havia a dificuldade de que qualquer reforma estrutural dentro da casa deveria ser realizada por licitação governamental, o que dificultava ainda mais sua realização, já que licitações públicas são demoradas e burocráticas.

Naquela época, como já dito, a equipe Psico-Tinas considerava necessário ter um lugar físico para atendimentos. Como coordenadora da equipe de Psicologia, iniciei uma “militância interna”⁵: a construção de uma sala adequada e exclusiva para atendimentos psicológicos. Em meados do primeiro semestre de 2017, após muita insistência da equipe e assistência de apoiadores externos à ocupação, a sala de atendimento foi construída. Esse fato foi um marco,

⁵ O termo “militância interna” é utilizado enquanto metáfora, já que Casa Tina Martins tem um forte apelo político em suas lutas sociais externamente.

pois até o momento, todos os atendimentos de Psicologia eram feitos em salas ou lugares diversos. Ao estabelecer uma sala exclusiva para atendimento psicológico, também se estabeleceu, no imaginário da equipe, o reconhecimento da existência efetiva do serviço de Psicologia.

Entretanto, ao refletir a *posteriori*, não havia necessidade da criação de uma sala de atendimento visando o reconhecimento do serviço de Psicologia dentro da instituição. Assim, retomo Matet e Miller (2007, p. 2), afirmando que “passou o tempo da figura mítica do psicanalista limitando seu campo de atividade às paredes de seu consultório, para convencer de sua devoção à causa privada de seus analisantes”. Sendo assim, não se fazia necessário todo esse movimento para legitimar a atuação das Psico-Tinas dentro da Casa Tina Martins, pois:

O fato de haver análise não depende nem de sua duração, nem do lugar, nem do ritual, mas sim, do tipo de operação que se efetua sobre o gozo, graças aos poderes da fala. (...) . Isso quer dizer que não há obstáculo para a psicanálise aplicada se pratique em lugares diferentes do consultório do analista, por exemplo, na instituição (GUÉGUÉM, 2007, p. 19).

3.3 Acolhimento institucional: criando possibilidades

Ao passar do tempo, a Casa Tina Martins crescia e aumentava a demanda de acolhimento e atendimento institucional. Um dos objetivos da casa é oferecer atendimento a mulheres em situação de violência e vulnerabilidade e são ofertadas assistências nas áreas jurídicas, psicológica e de assistência social. Essa demanda é distribuída conforme disponibilidade de vaga e horário. No cotidiano, ocorreram dificuldades para a realização desse propósito, como o intenso fluxo de procura de atendimento, levando ao desgaste os apoiadores envolvidos. Diante da demanda crescente, foi sugerida a construção em conjunto de uma ficha de acolhimento. Eram coletados dados cadastrais como nome, CPF, contatos, entre outros. A ficha tinha por objetivo principal fazer uma triagem dos casos que chegavam, além da forma oficial de documentação do fluxo de pessoas que passavam pela instituição. A construção da ficha de acolhimento foi de suma importância para a integração da equipe como um todo e, principalmente, para o entendimento de todos sobre os casos atendidos (Vide anexo I).

3.4 Atendimentos clínicos breves e a escuta psicanalítica

3.4.1 Fragmentos clínicos - construções e intervenções possíveis

No serviço de Psicologia, os atendimentos clínicos realizados na Casa Tina Martins acontecem com as mulheres que estavam (ou ainda estão) em situação de violência e que foram

acolhidas pelas coordenadoras da instituição. Ainda é possível considerar que a condição de acolhimento ou até mesmo de abrigamento estenda-se aos filhos (as), caso sejam menores de idade e estejam sob a guarda da mulher em questão. Caso haja demanda, essa criança também é atendida pela equipe Psico-Tinas.

O psicanalista tem por objetivo escutar a demanda inconsciente desta mulher ali presente, independentemente do ocorrido no fato (a violência sofrida) que ali a levou, considerando a técnica da associação livre.

A via analítica é a fala, tanto daquele que sofre quanto do analista. A fala de quem sofre como tendência de demanda de amor, de querer ser reconhecido em seu sofrimento. A fala do analista, por sua vez, reconhece a existência de sofrimento, porém precisa promover certo deslocamento do sujeito em relação àquilo de que fala, isto é, apontar para um mais-além do sofrimento ou, ainda, o ponto onde o sujeito extrai gozo do seu sofrimento" (MACHADO, 2008, p. 42).

Ao compreender que o objetivo da instituição citada é acolher e abrigar mulheres em situação de violência, é possível presumir, no senso comum, que aquela mulher demanda um reconhecimento da violência sofrida, que pode ser exemplificado como um pedido de ajuda, solicitação de alguma informação, ou até um “pedido de socorro”, no momento de desamparo e desespero. A abertura do atendimento psicológico propicia a escuta daquela mulher acolhida, dá espaço para a fala e a escuta de um momento íntimo, possibilitando o surgimento da singularidade da mulher a cada atendimento realizado. Considerando a Psicanálise como base teórica norteadora dos atendimentos, levamos em conta a escuta da demanda inconsciente que é atravessada pela violência e vulnerabilidade.

Retorno ao texto de título “Psicanálise e Crise: Urgência, Sintoma e Solução”, da autora Glória Maron, de 2008, que se encontra na obra *Psicanálise na Favela - Projeto Digai- Maré: a clínica dos grupos*. Logo nas primeiras linhas do seu texto, a autora pontua haver momentos da vida em que um sujeito não consegue lidar com o próprio sofrimento, ou seja, o “sujeito deixa de contar com um discurso que opere para entender e lidar com o sofrimento. Um sofrimento como esse, sem imagem nem palavras, pode ser considerado como urgência” (MARON, 2008, p. 36). A partir dessa urgência, a autora pontua a possibilidade de subjetivação do sujeito, ou seja, “o sujeito reconhecer algo de si no sofrimento que a princípio era experimentado em sua radical exterioridade”. (MARON, 2008, p. 39)

No início de 2020, foi abrigada a paciente Paula⁶, uma jovem de 19 anos, junto de seus dois filhos pequenos, uma filha de 4 meses e um filho de 3 anos. Ela relatou que vivia em outra ocupação social de moradia, parceira da Casa Tina Martins, mas precisou retirar-se de sua casa, na outra ocupação social, por causa das agressões de seu ex-companheiro, que também é pai dos seus filhos. Ao retomar sobre sua história de vida, ela disse que sempre trabalhou, vendendo bala no sinal e que assim, sustentava financeiramente sua família. Ao citar o relacionamento com o ex-companheiro, ela compreendeu prontamente que viveu um relacionamento abusivo, contando que ele a agredia física e psicologicamente, além de ele ainda vender os bens materiais, conseguidos através de doações, para consumir drogas, como crack e cocaína.

Ao lembrar seu ex-companheiro, no caso, o agressor, ela contou que o conheceu em um dia e no dia seguinte já assumiram um namoro. Ao indagar sobre a rapidez em ingressar em um relacionamento com um rapaz que conhecia há pouco tempo, ela disse que gostava da presença de alguém para conversar, pois tinha medo da solidão. Ao ser questionada sobre a existência de outros vínculos afetivos, seja familiar ou de amigos, ela relatou não possuir nenhum deles. Ela complementou, na época, de cabeça baixa, “não possuir família”. Com um aspecto triste, a paciente Paula recordava não saber quem é seu pai, bem como foi abandonada na rua pela mãe, quando estava com nove anos de idade. Enquanto narrava este momento, a paciente Paula demonstrou-se angustiada, a ponto de não continuar o relato sobre seu passado familiar. Por isso, ela falava sobre o novo relacionamento que vivenciava. Ela demonstrava estar empolgada com seu novo afeto, um jovem rapaz que conheceu numa loja de calçados. Neste atendimento, ela contou que eles estão conversando há um mês e “ficando” há três semanas. Ela revela seu desejo de mudar-se de cidade, pois seu novo afeto a convidou, com dos seus filhos, a mudar-se para a cidade natal dele. Naquele momento ela ainda não havia decidido sobre o convite, mas falava do desejo de proporcionar para seus filhos tudo o que ela não teve na sua infância.

Ao explorar essas *urgências* das mulheres que procuram a instituição, leva-se em consideração o fato de que a instituição é referência no acolhimento de mulheres vítimas de violência, e também é possível notar casos extremos de vulnerabilidade social, o que leva muitas mulheres a buscarem na instituição ajuda em suas necessidades básicas, como alimentação, higiene, e por fim, um novo teto para morar, mesmo que temporariamente. A Casa Tina Martins, desde seu início, preza a importância da construção coletiva. Para conseguir funcionar de forma efetiva, é necessário estabelecer regras e normas de conduta, visando ao

⁶ Nome fictício

bem-estar da coletividade, dentro do possível. Porém no contexto inédito da instituição, observou-se a complexidade e imprevisibilidade diante do que foi proposto inicialmente: acolher e abrigar as mulheres em situação de violência.

Ao analisar as normas e condutas a serem aplicadas em uma casa abrigo, é necessário considerar que esse espaço será um lar temporário para essas mulheres. Sendo assim, há a necessidade de restrição do acesso do público ao espaço da casa, sendo estabelecida a entrada e circulação somente das mulheres acolhidas ou abrigadas, junto dos filhos e das profissionais atuantes no espaço. Considerando dados apresentados nos parágrafos anteriores e a história da construção da Lei Maria da Penha e como, geralmente, acontece a violência doméstica contra a mulher, observa-se que a maioria esmagadora dos casos de violência contra a mulher são praticados pelos homens, sejam maridos, namorados, pais, parentes e outros. Por isso, com a intenção de preservar a segurança das residentes e também diminuir algum desconforto que poderiam surgir, a coordenação responsável instituiu a proibição da presença e da circulação de homens no ambiente da casa⁷. Essa norma foi uma das primeiras a serem criadas, considerando que não haveria a atuação de profissionais homens em funções de contato direto com as mulheres acolhidas e, evidentemente, não acolher e abrigar homens na instituição.

Em meados de 2017, a mulher Solange⁸, chegou à Casa Tina Martins, em busca de socorro. Ela chegou numa sexta à noite, junto dos filhos: uma jovem de 17 anos, um adolescente de 14 anos e uma criança de 2 anos. Ela relatou ter encontrado a instituição através de buscas pela internet, o recurso acessível para ela naquele momento. No seu acolhimento, ela relatou que seu ex-marido havia tentado novamente agredi-la, mas desta vez, ele também tentou agredir o filho com um machado. Naquela sexta feira, todos foram abrigados, enquanto caráter emergencial. Mas, apresentava-se um impasse: como acolher um rapaz de 14 anos, frente às regras que interditavam a presença e a circulação de homens no ambiente da casa?

Retornando ao livro *Psicanálise na Favela - Projeto Digaí- Maré: a clínica dos grupos*, Glória Maron (2008), que ao falar do Projeto Digaí, lembra que a psicanálise trabalha a exceção pela via da inclusão e não da segregação. Quando a ética da Psicanálise adentra a instituição, pode dar lugar a uma exceção, a uma contingência, diminuindo a rigidez das regras. Então, frente a essa nova situação, de impasse, a coordenação da Casa Tina Martins reuniu-se e reestabeleceu algumas regras. Portanto, por ser o primeiro caso com essa especificidade, o

⁷ Considera-se o espaço da casa os cômodos de cozinha, quartos, banheiro e salas. Isto é, ambientes frequentados pelas mulheres que vivem no local. No mesmo terreno, do lado de fora, há um galpão para realização de diversas atividades culturais, abertas ao público, ou seja, aberta a todos, inclusive aos homens.

⁸ Nome fictício

adolescente foi acolhido na instituição, assim como sua mãe e irmãos, contudo não dormia no mesmo quarto da mãe e das outras mulheres. Ele passava as noites em outro espaço da casa, adaptado para sua permanência. Porém, durante o dia, ele frequentava as dependências da Casa Tina Martins, utilizando os outros espaços em comum. Além do mais, foi oferecido atendimento psicológico a todos, inclusive para o jovem adolescente, durante o tempo de permanência na instituição.

A partir da metodologia do relato de experiência profissional, pretendo apresentar mais detalhadamente a condução de fragmentos clínicos, atendidos por mim, enquanto psicanalista. A escolha por descrever esses casos em particular ocorre devido aos impasses e percalços envolvidos durante o tratamento, considerando o caminho percorrido pelas pacientes, antes e durante o atendimento, e as construções possíveis no encerramento daquele momento analítico. Ressalto ainda o relato sobre a práxis psicanalítica envolvida durante os atendimentos, descrevendo condutas e manejos realizados, explorando os empecilhos ocorridos e as saídas possíveis naquele momento.

3.4.2 Caso Bruna⁹.

Em meados do ano de 2017, a paciente Bruna chegou à Casa Tina Martins, buscando abrigo para ela e sua filha. Na época, Bruna tinha 34 anos e sua filha, 6 anos. Ambas vieram de outro município. Logo que ficou sabendo dos serviços ofertados, Bruna solicitou o atendimento psicológico, que se estendeu por seis meses, aproximadamente.

Na primeira sessão, Bruna relatou brevemente sua trajetória¹⁰ percorrida, saindo de sua cidade natal até ser acolhida na Casa Tina Martins. Ao descrever sua história, Bruna disse estar “fugindo do ex-companheiro”. Ela contou que entrou na justiça contra seu ex-marido e que o processo está andamento há alguns anos, além de possuir medida protetiva ativa, pela Lei Maria da Penha. No momento, ela já havia acionado todas as medidas judiciais possíveis. Entretanto, após uma tentativa de violência do seu ex-companheiro, ela decidiu deixar sua cidade natal e “fugir”.

Ela acreditava que ele não sabia sobre seu paradeiro, mas isso não a impedia de sentir medo de ser encontrada por ele. Por já ter sido acolhida por outras instituições em sua cidade natal, ela se reconhece militante na causa em relação a violência contra a mulher. Por

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Assim como o nome fictício, alguns detalhes da trajetória da paciente foram modificados ou omitidos, visando preservar sua identidade, assim como o sigilo ético.

consequência, o reconhecimento enquanto militante causava efeitos em Bruna já que era uma forma de enfrentar a violência de gênero: ela também oferecia acolhimento, na instituição que frequentava anteriormente, às mulheres que em situação de violência. Ao descrever seu trabalho, nessa instituição, de acolhimento de outras mulheres, ela diz: “sei que o que é o ciclo de violência e por isso, milito na causa. Sei que o ciclo de violência vem de uma agressão, depois um pedido de desculpas. Parece que irá mudar, porém, não muda”.

No atendimento seguinte, Bruna descreveu com mais detalhes o começo da sua relação com o agressor e como eles tiveram uma filha. No decorrer do seu relato, Bruna contou vários episódios de violência sofridos: “foram facadas, estrangulamentos, perseguições, mesmo enquanto estava grávida”. Ela relatou que a filha cresceu nesse ambiente hostil e violento e que a criança presenciou várias cenas de violência sofrida por Bruna, praticadas pelo agressor, assim como, por algumas vezes, a própria criança sofreu algum tipo de violência de seu pai. A paciente complementa que também houve violência patrimonial praticada por ele no seu local de trabalho.

Nos atendimentos seguintes, Bruna demonstrava estar mais focada em descrever os acontecimentos da sua vida naquela época. Contudo, ela sempre retornava ao passado, em alguma recordação sobre o que viveu com o ex-marido. Durante o relato das recordações, ela se comporta de maneira paranoica, observando a janela a todo momento. Ela explicou que sentia “crises de pânico”, ao imaginar que o ex-companheiro a seguia, assim como ele fazia quando ela morava na sua antiga cidade. É importante lembrar as falas da própria paciente, de que familiares que residem na sua cidade natal confirmaram que o ex-marido vive lá e não sabia nada sobre o paradeiro dela e da filha. Mesmo consciente dessa informação, Bruna demonstrava angústia, deslocada para os comportamentos paranoicos. E ao aparentar angústia, Bruna continuava a relatar os acontecimentos. Ela contou ter conseguido um novo emprego, demonstrando-se animada com a retomada da carreira profissional.

Nos meses seguintes, percebeu-se uma ligeira mudança no discurso da paciente, saindo da narração para a subjetivação, pois Bruna conseguia, em alguns momentos, localizar-se enquanto sujeito, percebendo as interferências e os atravessamentos dos objetos com os quais se relacionava. Segundo Glória Maron (2008, p. 39), “a subjetivação, por sua vez, dá lugar à possibilidade de inventar um relato próprio, com a conseqüente chance de posicionamento do sujeito, referendando-se a uma posição responsável pelos atos e suas conseqüências”. Sendo assim, Bruna começava a trazer novos elementos na narrativa da história familiar, conseguindo localizar-se dentro na sua cena familiar.

Neste momento, percebi que estava com dúvidas sobre a condução clínica deste caso. No primeiro momento, percebia a narração de fatos da paciente como respostas aos meus questionamentos. Ao contar sobre a história familiar, houve momentos de uma implicação subjetiva e elaboração pela palavra, porém a resistência se fazia presente e a angústia deslocava-se para o corpo, com as crises de pânico e para os pensamentos beirando a paranoia. Ao estudar brevemente o caso, pude perceber que estava com dúvidas, principalmente sobre o manejo clínico da paciente.

No exercício da psicanálise, a interrogação constante do analista frente ao andamento de seus atendimentos é contínua. Portanto, diante de tantas dúvidas, procurei uma supervisão particular, fora do ambiente da instituição. É importante ressaltar que a prática da psicanálise tem como fundamento o “*tripé analítico*”, que se baseia no estudo e aprofundamento teórico, análise pessoal e supervisão, esta que é uma prática inerente da psicanálise, para além de responder sobre dos impasses e limites do atendimento. Carlo Viganó (1999, p. 44) ao definir que a supervisão é um tipo de poder de escuta analítica, realizada por uma analista *expert*, em que o analista torna-se analisante, ao confiar seu caso nas mãos de quem pode lhe mostrar outros caminhos de atuação. Portanto, de acordo com Viganó (1999), a supervisão atua no instante do olhar do caso, colocando-se contemporâneo com o ato analítico.

Ao compreender claramente que a pulsão estava se desviando do seu destino, indo para tantos outros lugares, como o corpo, o pensamento e até outros laços sociais, questionei a supervisora se seria adequado questionar, de forma clara e objetiva, qual foi a violência que mais a abalou, visando elaborar pela palavra, o que estava indo para outros destinos. Como resposta, a supervisora, primeiramente, questionou-me se a transferência estava estabelecida, o que respondi positivamente. Sendo assim, ela sugeriu que seria mais interessante mobilizar o corpo para dentro do atendimento, ao invés de fora (*acting out*), e assim, elaborar o corpo com a finalidade de sair da atuação.

De acordo com Odina Machado (2008, p. 45), no seu texto “Efeitos Terapêuticos Rápidos da Psicanálise”, é importante dar a palavra (ou o espaço) para aquele que sofre. Mesmo não sendo duradouro, possibilitar esse espaço traz alívio e essas descargas são necessárias para a pulsão. No texto “A pulsão e os seus destinos”, Freud define que a pulsão:

nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo (FREUD, 2010, p. 42)¹¹.

¹¹ Original publicado em 1915.

Ainda segundo Freud, a pulsão tem como características: o impulso, que é o elemento motor da pulsão; a meta, considerando que ela somente pode ser alcançada quando a pulsão é satisfeita, mas não excluindo a possibilidade de desvios pulsionais, inibições, ou satisfações parciais; o objeto que é aquele pelo qual a pulsão pode obter a sua meta, e por fim, a fonte da pulsão que corresponde à sua ligação com determinada parte do corpo, em um processo somático (FREUD, 2010)¹².

Nas sessões seguintes, Bruna trouxe à tona sentimento de culpa pelos momentos de violência que sofreu. Ao lembrar-se que precisou mudar de cidade por causa das ameaças dele, ela se questiona: “ele que é o criminoso, e eu que estou fugindo”. Logo, ela associou: “como eu permiti que ele fizesse isso comigo?”. No texto “Além do Princípio do Prazer”, o autor coloca em xeque as formas de satisfação da pulsão. Logo nas primeiras páginas desse texto clássico de Freud, ele pontua:

Somos obrigados a admitir que existe na psique uma forte tendência ao princípio de prazer, mas que certas outras forças ou circunstâncias se opõem a essa tendência, de modo que o resultado final nem sempre poderá corresponder a tendência ao prazer (FREUD, 2006, p. 137)¹³.

No início da sessão seguinte, Bruna relatou cansaço. Questionei o que houve, e ela, num tom bem raso, diz que ele seria resolvido com “uma boa noite de sono”. Eu insisti mais um pouco, questionando sobre o cansaço, perguntando o que ela sentia e ela relatou: “sinto-me cansada, o rosto caindo, olheiras, **abatida**”. Prontamente, eu pontua, questionando: “**A-batida?**”. Ela responde: “abatida, tenho a sensação que meu rosto vai cair”.

Segundo Odina Machado, no seu livro *Efeitos terapêuticos rápidos da Psicanálise*, de 2008, ela pontua que:

Estranhar, perguntar, pontuar a fala do sujeito, nos casos em que o sujeito está divorciado do inconsciente e se tornam muitas das vezes o outro da ação analítica. Introduzir um significante que produza um corte no gozo, que localize esse gozo e o inclua na cadeia significante, positivar uma ação; marcar uma articulação como algo importante, e destacar de um emaranhado de sentidos algum que localize o sujeito podem ter efeito sobre um discurso que denuncia uma dispersão de gozo. Obviamente, isso é o início de um trabalho que poderá ou não se dirigir para uma demanda de saber, e já será muito se o sujeito consentir em fazê-lo (MACHADO, 2008, p. 50).

A partir desse momento, percebi que a mobilização do corpo em análise poderia acontecer. Sendo assim, comecei a aprofundar-me nessa questão. Questionei o que significava o rosto para ela. Ela respondeu, demonstrando não entender muito bem a pergunta, que o rosto

¹² Original publicado em 1915.

¹³ Original publicado em 1920.

diz quem ela é, a sua identidade. Assim, questionei se houve alguma agressão no rosto, e ela relatou, demonstrando bastante angústia, mas também de forma catártica, as agressões que sofreu no rosto e pescoço. Visivelmente angustiada, retomando sua recordação, ela revelou que para lidar com os machucados, usava maquiagem durante todo o tempo para tampar, mas “os outros viam”. Pontuei questionando o que significava usar maquiagem para ela. Novamente, ela expressou não entender o motivo dos questionamentos, mas se esforçava para elaborar. Após um tempo de reflexão, ela chegou à conclusão de que maquiagem para ela servia para tampar as suas imperfeições e acrescentou que, ultimamente, ela não utilizava maquiagens. Ao final desse relato, encerrei a sessão, lembrando que a psicanálise não visa intervir na perspectiva de restaurar a um *status quo* anterior à urgência, pois “a intervenção do analista reconhece que, na urgência, pode emergir algo novo, que deve ser extraído das próprias coordenadas de sua irrupção” (MARON, 2008, p. 39).

A partir desse momento, as sessões foram brevemente interrompidas durante as férias de fim de ano. No retorno ao atendimento, um mês depois, ela relatou estar em um novo relacionamento. Ao falar sobre esse novo momento, ela disse: “estou sendo eu, não estou tendo culpa”. Ela também contou do carinho que esse homem tem pela sua filha, e isso a deixava mais tranquila. Assim, o atendimento psicológico da Bruna com as Psico-Tinas é encerrado. O objetivo do atendimento psicológico ofertado pela equipe Psico-Tinas naquele espaço é um tratamento psicoterápico breve, apostando que, no futuro, pudesse surgir uma nova demanda ou novo engajamento para a Psicologia.

3.4.3 Caso Sandra¹⁴

No início do ano de 2020, a paciente Sandra, 50 anos, chegou à Casa Tina Martins, procurando acolhimento para a filha, Júlia, de 19 anos, já que a filha havia sofrido agressões e ameaças de morte do ex-companheiro. Além desta filha de 19 anos, que ainda reside com Sandra, a senhora em questão é mãe de outra mulher de 29 anos, já casada e com filho. Ao analisar este caso, a coordenação da Casa Tina Martins solicitou atendimento psicológico tanto para a filha, que sofreu a violência relatada em questão, quanto para sua mãe, por estar muito abalada pela situação da filha, além de estar envolvida com o que ocorreu. Fui selecionada para atender a senhora Sandra, enquanto sua filha aguardava atendimento com outra psicóloga da equipe Psico-Tinas. Os critérios de seleção de quem era a psicóloga a ser referência de cada

¹⁴ Nome fictício com o objetivo de preservar a identidade da paciente.

caso foi escolhido de acordo com a disponibilidade de horário e encaixe na agenda da psicóloga e das acolhidas.

Nos atendimentos iniciais, a paciente narrava, demonstrando muita angústia, o que havia acontecido com Júlia. Ela relatou que já suspeitava que a filha sofria violência do namorado. Ao tentar romper o relacionamento, o ex-genro não aceitou e, por isso, ameaçou a jovem de morte, bem como todos da sua família, com uma arma, caso ela não reatasse o namoro com ele. A partir desse fato, houve a denúncia e a aplicação da Lei Maria da Penha. Foi concedida uma medida protetiva, estendida a todos da família de Sandra. Por consequência dos fatos e pelo medo da ameaça de morte, Sandra foi obrigada a mudar de residência, juntamente com sua filha Júlia, a vítima em questão. Ambas foram morar de favor na casa de uma amiga de Sandra.

Após o momento catártico inicial do primeiro atendimento, Sandra conta um pouco da sua história de vida. Atualmente divorciada, ela relatou sobre o casamento com seu ex-companheiro, pai de suas filhas. Ela disse que ele era alcoólatra e quando chegava em casa sob efeito da bebida, cometia agressões a ela. Questionei quando ela decidiu se separar do marido, e ela respondeu: “eu nunca decidi, foi acontecendo”. A paciente relatou que as filhas testemunharam as agressões ao longo dos anos. A situação interrompeu-se somente quando sua filha mais velha interferiu na situação conjugal dos pais, forçando a mãe a se separar do pai, devido às agressões. Sandra relatou que a filha disse que se ela não se separasse, ela mesma sairia de casa. Sendo assim, Sandra decidiu se separar do marido. A paciente relatou ter sofrido agressões físicas e psicológicas, mas que suportava, pois “queria ser diferente, ter uma família normal”. Quando a questionei sobre o que era uma “*família normal*”, ela respondeu: “uma família com pai, mãe, filhos. Nenhuma família é um conto de fadas, ela tem suas brigas, mas sempre está lá, junto”. Logo, questionei se ela considerava que tinha uma família atualmente e ela disse que não, de modo repentino. Pontuei se ela considerava suas filhas como sua família, e ela disse que sim, mas “se estivesse com o marido ia ser melhor, porque seria uma família (...) Eu não tenho família, hoje em dia”.

Em outro atendimento, retomei o significante *diferente* citado por ela. Questiono o que é ser *diferente*, e sua resposta foi o relato da sua história de vida com seus pais e irmãos. Sandra contou que veio de uma família problemática e hoje em dia ela se sentia o “porto seguro” da família. Ela justificou que, assim como seu ex-marido, seus irmãos também tinham problemas com o abuso de álcool e ela os acolhia, quando era necessário. Ao lembrar do seu passado familiar, ela relatou que seu falecido pai também era alcoólatra e considerava que este fato influenciou o comportamento dos seus irmãos. Ao continuar seu relato, ela se lembrou de sua

mãe, a quem admirava muito. Relatou ter visto na mãe o que é “ser mulher e ser mãe”. Ela disse: “se meu pai estivesse vivo, ela estaria junto dele até hoje. Ela fez de tudo pelo seu casamento”. Ao discorrer mais sobre sua infância familiar, ela disse que seu pai bebia muito e era muito agressivo com a mãe. Questionei se ela já havia testemunhado alguma cena de agressão do pai contra a mãe e ela disse que sim, que se lembrava perfeitamente do que acontecia, principalmente das agressões físicas.

Na obra *Além do princípio do prazer*, de 2006, Freud relembra que pode ocorrer de o paciente não se lembrar conscientemente de tudo o que nele está recalcado e, assim, algo escapa e aquilo que escapa é justamente o mais importante para o sujeito. Sendo assim, o paciente se vê forçado a *repetir* o recalque como se fosse uma vivência do presente.

A reprodução que então emerge com uma fidelidade tão indesejada invariavelmente se desenrolada no campo da relação transferencial com o médico e tem sempre como conteúdo um fragmento da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e de seus sucedâneos (FREUD, 2006, p. 144).¹⁵

Em outro atendimento, Sandra tornou a falar sobre seu sentimento de “ser diferente”. Ela elaborou um pouco mais esse significante, dizendo que não gostaria de ser “rebelde” assim como são seus irmãos. Portanto, o “ser diferente” marca sua diferença em comparação a seus irmãos. Novamente, ela voltou ao seu próprio casamento e lembrou-se do ex-companheiro: “Meu marido era ótimo, mas quando bebia, se transformava”. Pontuei que suas filhas presenciaram agressões do próprio pai com ela, assim como ela testemunhou as agressões feitas pelo pai com sua mãe. E a paciente complementa: “assim como estou vendo as da minha filha”. A paciente não retornou mais aos atendimentos, mesmo após contato posterior.

O pequeno fragmento do caso relatado acima foi citado apenas para exemplificar uma situação em que o atravessamento da violência entre gerações foi explícito no decorrer da narrativa da paciente no atendimento psicológico. Ao dizer algo sobre a “compulsão da repetição”, observando o fato de a violência permanecer por gerações, é possível retornar novamente a Freud, no texto “Além do Princípio do Prazer” (1920), que pontua que é dever do analista manejar a transferência, incentivando a elaboração do sujeito ao máximo, ao mesmo tempo em que lhe permita o mínimo de repetição possível. Porém, além de ressaltar que a transferência e a repetição de cada paciente são singulares, ele relembra que:

De maneira geral, o médico não pode poupar o analisando dessa fase do tratamento, é preciso deixá-lo reviver um certo fragmento da sua vida esquecida que lhe permita distinguir entre aquilo que parece ser realidade e o

¹⁵ Original publicado em 1920.

que de fato, é apenas reflexo de um passado esquecido (FREUD, 2006, p. 144).¹⁶

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar essa “nova” experiência de atuação psicológica em ocupação urbana, é possível assimilá-la a um ensaio científico, levantando hipóteses, testando-as e, conforme os resultados apresentados, modificando-as e aperfeiçoando-as até chegarem aos resultados esperados. Mas, como todo ensaio científico, sabemos que o aperfeiçoamento vem a partir de inúmeras tentativas, aprendendo com erros e acertos. Nesse contexto, a Casa Tina Martins pode se configurar nesse ensaio clínico a partir da história apresentada. Sendo assim, esta pesquisa pode contribuir no auxílio a outros ensaios clínicos similares a serem concretizados.

Ao tratar da Casa Tina Martins, sabendo que ela possui um propósito bem definido enquanto movimento social (luta em prol dos direitos das mulheres), o objetivo da atuação “dentro da casa” ainda é uma construção contínua, em equipe. Mesmo definido o nicho principal de acolhimento (mulheres em situação de violência), cada mulher que buscava ajuda na instituição era única e singular. Assim como são singulares os saberes das coordenadoras, dos profissionais e dos apoiadores envolvidos. A construção se constituía do encontro de saberes, que mantendo o lugar de não saber, poderia acolher o que vier de novo de cada demanda de cada mulher acolhida.

A equipe Psico-Tinas, mesmo inexperiente profissionalmente, manteve seu desejo aceso ao atuar profissionalmente, de forma voluntária, com as mulheres em situação de violência. A experiência vivida na construção de equipe dentro da instituição foi de aprendizado constante, frente a possibilidades e limitações. Mesmo que algumas concepções pudessem estar no imaginário da equipe, sabe-se que compreende parte do aprendizado e por isso não diminui a dimensão do trabalho feito em equipe.

Sobre os atendimentos psicoterápicos breves, elucidados durante a dissertação, é possível dizer que, a partir de alguns fragmentos clínicos das mulheres atendidas, presume-se que elas estão identificadas pelo mesmo significante, a *violência*, já que buscaram a instituição por este motivo. Portanto, quando uma mulher recorre ao atendimento psicológico, a equipe Psico-Tinas acolhe-a, percebendo que ela está amarrada e identificada a esse significante da

¹⁶ Original publicado em 1920.

violência. Mas, ao abrir o espaço da escuta, que é vazio, pode aparecer a singularidade daquela mulher, podendo ou não ter o S1 da violência no seu discurso. A função da escuta em um atendimento clínico é primordial, pois é a partir do vazio que a escuta produz, que se abre espaço para a pergunta emergir, e assim, também, as possíveis respostas de cada paciente. Então, ao pensar nesse papel do psicanalista no atendimento clínico, importante retomar o conceito do Miller (2008) de *lugar alpha*, pois é a partir da queixa que se faz a pergunta e a partir da pergunta que se tem a resposta. Porém, nem sempre é possível chegar a conclusões ou a responder a essas perguntas. O pensar no objetivo do psicanalista naquele atendimento é a escuta da voz daquele sujeito violentado, dar possibilidade de ter voz para responder sobre si mesma, na singularidade do sujeito.

Por fim, retorno ao conceito de Miller (2008) de *objeto nômade*. O psicanalista dentro da Casa Tina Martins pode deslocar-se para vários contextos, visando deixar um espaço vazio, sem identificações prévias, que pode ser preenchido somente por aquela mulher acolhida. Portanto, o trabalho envolvido em todo o processo relatado nesta pesquisa não é pelo psicanalista, não é pela instituição, não é pelas teorias envolvidas na tentativa de explicar (ou não), e nem pelo agressor ou motivo da agressão. É pela mulher.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, Daniele Ferreira *et al.* **Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in)visibilidade do problema.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 24, n. 1, p. 121–127, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000100121&lang=pt%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00121.pdf%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/0104-0707-tce-24-01-00121.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra As Mulheres.** Brasília: [s.n.], 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006./2006.** Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

FREUD, Sigmund. A pulsão e seus destinos (1915). In **Obras Completas**, volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer. 1920. In **Escritos sobre a psicologia do inconsciente.** Rio de Janeiro: Imago Ed. vol. II, 2006.

GIRUNDI, Ana Carolina Machado Amoni. **Casa Tina Martins - Trabalho de Conclusão de Curso.** 2017, p. 1-8. Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GUÉGUEN, Pierre-Gilles. Quatro pontuações sobre a psicanálise aplicada. In **CAMPO FREUDIANO; ASSOCIAÇÃO. Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Cidade, v. 16, n. 47, p. 333–361, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2019. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: O legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Ocupações Urbanas Em Belo Horizonte: Conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano.** *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, n. 35, p. 182–217, 2017.

MACHADO, Ondina Maria Rodrigues. Efeitos Terapêuticos rápidos da Psicanálise. In: LUTTERBACH HOLCK, Ana Lucia; VIEIRA, Marcus André. **Psicanálise na Favela - Projeto Digai- Maré: a clínica dos grupos.** Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

MARON, Glória. Psicanálise e Crise: Urgência, Sintoma e Solução. In LUTTERBACH HOLCK, Ana Lucia; VIEIRA, Marcus André. **Psicanálise na Favela - Projeto Digai- Maré: a clínica dos grupos.** Rio de Janeiro: Associação Digai-Maré, 2008.

MATET, Jean-Daniel; MILLER, Judith. Apresentação. In **CAMPO FREUDIANO; ASSOCIAÇÃO. Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da escola da causa freudiana reunidos**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

MATOS, Marlise. Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, p.153-155.

MILLER, Jacques-Alain. Rumo ao PIPOL 4. Correio no 60 - **Revista da Escola Brasileira de Psicanálise - Clínica e Pragmática**. Número 60 ed. [S.l.]: Escola Brasileira de Psicanálise, 2006.

MELO, Victor Hugo de; MELO, Elza Machado de. **Para Elas**. Belo Horizonte: Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, 2016.

MELO, Victor Hugo de; MELO, Elza Machado de. **Para Elas. Por Elas, Por Eles, Por Nós**. Belo Horizonte: Folium, 2016. v. 2.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário**, Brasil, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Casa de Referência da Mulher Tina Martins - Balanço 2016 -2018**. . [S.l: s.n.], 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Estatuto Social da Associação Tina Martins**. Belo Horizonte, 2020.

PENNA, Paula Dias Moreira. **A mulher em situação de violência doméstica: um diálogo entre a Psicanálise e o Direito**. 2014, p. 1-94. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PENNA, Paula Dias Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Crítica à Alteração da Lei Maria da Penha: Tutela e Responsabilidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 1–8, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000300250&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.

VIGANÓ, Carlo. **A construção do caso clínico em saúde mental**. Revista Curinga - EBPMG, palavra construção - pag 4 (42), v. 13, p. 39–48, 1999

6 ANEXOS

Anexo I – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa – Plataforma Brasil –
Aprovado

Anexo II – Termo de Compromisso de Utilização de Dados – Assinado

Anexo III – Termo de Anuência da Instituição – Casa Tina Martins – Assinado

Anexo IV – Primeira Ficha de Acolhimento – Maio 2017

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PSICANÁLISE APLICADA E IMPLICADA NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: O Relato da Construção do Serviço de Psicologia na Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Pesquisador: CRISTIANE DE FREITAS CUNHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 24184919.4.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.797.561

Apresentação do Projeto:

Pesquisa Qualitativa Retrospectiva, utilizando das entrevistas semi-estruturadas e relato de experiência como método de coleta de dados, sendo utilizada a análise de conteúdo como método de interpretação dos dados colhidos, além da revisão bibliográfica.

A técnica da Entrevista Semi-Estruturada pretende ser aplicada nas coordenadoras da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e nas atuais e ex-Psicólogas, que atuaram profissionalmente no lugar em questão. Segundo o TCLE_Gabriella_Cirilo_ALTERADO.pdf: "Esta entrevista será agendada de acordo com a disponibilidade dos trabalhadores de maneira que não atrapalhe suas atividades laborais e a organização do serviço. As entrevistas serão gravadas em áudio e ficarão armazenadas em um HD por um prazo de 5 (cinco) anos ficando sob a responsabilidade do pesquisador responsável. O áudio da entrevista será transcrito para análise posterior e incluídas no trabalho final."

Objetivo da Pesquisa:

Segundo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1404633.pdf: "A presente pesquisa tem por objetivo investigar o lugar da Psicanálise implicada e aplicada, pautada na experiência do serviço de Psicologia dentro de uma ocupação urbana social, militante e atuante no enfrentamento da violência contra a mulher. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é uma ocupação social, auto-gestionada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que dentre suas pautas, visa o

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.797.561

combate à violência de gênero."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o TCLE_Gabriella_Cirilo_ALTERADO.pdf: "Por benefícios, a presente pesquisa pretende analisar, discutir e divulgar à sociedade os novos modos de enfrentamento da violência de gênero, baseando-se no cuidado, protagonismo e empoderamento da mulher em situação de violência. O seu benefício ao participar desta pesquisa será colaborar para o fornecimento de dados científicos para os órgãos públicos e o meio acadêmico, com o intuito de contribuir para um maior entendimento da construção desse serviço de psicologia, no contexto de ocupação social e na percepção sensível em relação as mulheres em situação de violência que foram atendidas por esse serviço profissional voluntário. Qualquer pesquisa com seres humanos envolve riscos, contudo, esta pesquisa visa o mínimo de risco possíveis, principalmente pautados pela ética e sigilo profissional envolvidos... Destacamos que será resguardado o sigilo acerca da identidade dos pacientes, seus familiares e profissionais envolvidos e para tanto as entrevistas serão realizadas em sala reservada, a fim de garantir o cuidado com os entrevistados... Informamos que quaisquer pesquisas com seres humanos possuem riscos, que poderá ser

"associado ou decorrente da pesquisa - agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, decorrente da pesquisa;". (Resolução CNS 466/2012 – II – Termos e definições). É considerado risco de pesquisa: "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente". (Resolução CNS 466/2012 – II.22). Diante do exposto, avisamos que esta pesquisa pode oferecer riscos, a exemplo de constrangimento pelo teor dos questionamentos ou algum desconforto ou estresse ao recordar lembranças em torno da temática pesquisada no decorrer da entrevista, considerando esses ou outros casos, como cansaço em relação ao tempo exigido. No entanto, também esclarecemos que esta pesquisa foi elaborada atendendo todos os cuidados profissionais e éticos envolvidos, considerando principalmente o conforto e comodidade do participante, visando minimizar tais riscos acima citados. Caso aconteça, o (a) senhor (a) poderá escolher não responder as perguntas ou até interromper a entrevista, sem qualquer tipo de repreensão. Retomamos que o seu benefício ao participar desta pesquisa será colaborar para o provimento de dados científicos para os órgãos públicos e o meio acadêmico, com o intuito de colaborar para uma melhor compreensão da construção desse serviço de psicologia, no contexto de ocupação social, além da percepção sobre as mulheres em situação de violência que foram atendidas por esse serviço profissional de caráter voluntário."

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.797.561

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Propõe dispensa do TCLE, com a justificativa: "Quanto aos métodos de coleta de dados, é possível sinalizar que serão utilizadas as seguintes técnicas: Entrevistas Semiestruturadas, Relato de Experiência e a Revisão Bibliográfica. Em relação à técnica da Entrevista Semi-Estruturada, está previsto a presença do TCLE, já anexado. Sobre à utilização do Relato da minha Experiência enquanto profissional de Psicologia, é possível citar a utilização de diários de campo e de análises da criação de documentos da instituição, tornando-se fonte primária e secundária para a obtenção de dados. Devido à impossibilidade de entrar em contato com as pessoas já atendidas pela instituição, seja pela perda de vínculos, ou pela ausência de um endereço, ou numero para contato, foi criado o documento TCUD (Termo de Compromisso de Utilização de Dados), vide anexo, a ser entregue a instituição preponente. Portanto, somente para a utilização de diários de campo e análise de documentação, solicita-se a dispensa do TCLE."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo_Anuencia_Casa_Tina_Martins_Pesquisa_Gabriella_Cirilo.pdf: anuência da Casa da Mulher Tina Martins.

CARTA_RESPOSTA_AO_PARECER_N_3720678_Gabriella_Cirilo.pdf:"Esclarecendo sobre a presença dados de contato institucionais, a Casa de Referência da Mulher

Tina Martins é uma ocupação urbana social, auto-gestionada pelo Movimento de Mulheres

Olga Benário, que, dentre suas pautas, visa o combate à violência de gênero. Devido sua relevância na temática de atuação, vários apoiadores já atuaram na Casa Tina Martins, seja em caráter profissional ou não. Porém, é possível que estes não possuem vínculo com a instituição atualmente. Conforme descrito no projeto, "A técnica da Entrevista Semi-Estruturada pretende ser aplicada nas coordenadoras da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e nas atuais e ex-Psicólogas, que atuaram profissionalmente no lugar em questão [equipe "PsicoTinas"]." Portanto, há possibilidade pessoa entrevistada não ter mais nenhum tipo de vínculo com a Casa Tina Martins, justificando a presença do seus dados e contato em caso de dúvidas e maiores esclarecimentos em relação à pesquisa."

TCUD_Gabriella_Cirilo_Assinado.pdf: Termo de Compromisso de Utilização de Dados para os diários de campo, prontuários, documentos e dados de fichas, do período 07/2016 a 12/19.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu as solicitações deste Comitê, Número do Parecer: 3.720.678,

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.797.561

PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3720678.pdf, aprovando-se, portanto, o projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1404633.pdf	16/12/2019 16:01:07		Aceito
Outros	Termo_Anuencia_Casa_Tina_Martins_Pesquisa_Gabriella_Cirilo.pdf	16/12/2019 15:58:43	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AO_PARECER_N3720678_Gabriella_Cirilo.pdf	16/12/2019 15:52:49	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_Gabriella_Cirilo_Assinado.pdf	16/12/2019 15:51:13	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Gabriella_Cirilo_ALTERADO.pdf	16/12/2019 15:49:52	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Departamento_Pediatria_UFMG_Projeto_Gabriella_Cirilo.pdf	24/10/2019 12:22:00	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Gabriella_Cirilo_Assinada.pdf	23/10/2019 16:25:57	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Curriculo_Lattes_Gabriella_Cirilo.pdf	16/09/2019 18:26:47	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Gabriella_Cirilo.pdf	16/09/2019 18:26:02	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CRP_MG_Gabriella_Cirilo.pdf	29/07/2019 18:22:59	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.797.561

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 09 de Janeiro de 2020

Assinado por:

**Críssia Carem Paiva Fontainha
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

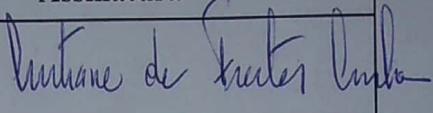

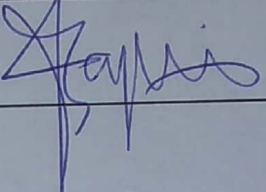
Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

1. Identificação dos membros do grupo de pesquisa

Nome completo (sem abreviação)	RG	Assinatura
Cristiane de Freitas Cunha	M526944	
Gabriella Nazário Cirilo	MG13967152	
Fabiana Lúcia Campos Baptista	M4027078	

2. Identificação da pesquisa

a) Título do Projeto:

“ A PSICANÁLISE APLICADA E IMPLICADA NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: O relato da Construção do Serviço de Psicologia na Casa de Referência da Mulher Tina Martins”

b) Departamento/Faculdade/Curso:

Departamento de Pediatria/ Faculdade de Medicina da UFMG / Centro de Pós-Graduação – Mestrado

c) Pesquisador Responsável: Cristiane de Freitas Cunha

3. Descrição dos Dados

São dados a serem coletados somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG), em relação aos diários de campo, dados de fichas, prontuários e documentos, junto a instituição “Casa de Referência da Mulher Tina Martins”, registrados no período entre julho de 2016 a dezembro de 2019.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contactado o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG): Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte – MG – CEP 31270-901 Unidade Administrativa II – 2º Andar – Sala: 2005 Telefone: (031) 3409-4592 – E-mail: coep@prpq.ufmg.br .

4. Declaração dos pesquisadores

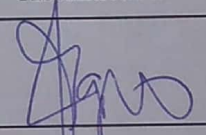
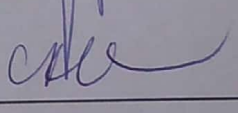
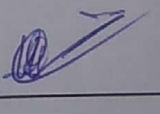
Os pesquisadores envolvidos no projeto se comprometem a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam a Resolução 466/12, e suas complementares, do Conselho Nacional de Saúde.

Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas estão sob nossa responsabilidade. Também declaramos que não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à apreciação do CEP UFMG.

Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda dos direitos dos participantes.

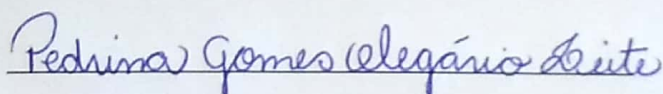
Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2019

Nome completo (sem abreviação)	Assinatura
Fabiana Lúcia Lâmpas Baptista	
Enskane de Freitas Cunha	
Gabriela Nazário Lima	

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**A psicanálise aplicada e implicada na violência de gênero: o relato da construção do serviço de psicologia na Casa Referência da Mulher Tina Martins**”, sob a coordenação e a responsabilidade da mestrand **Gabriella Nazário Cirilo**, sob orientação da Profa. **Cristiane Cunha de Freitas Grillo**, do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual terá o apoio desta Ocupação Social – Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2019.



Pedrina Gomes Olegário Leite

Assistente Social

Pedrina Gomes O. Leite
Assistente Social
CRESS 16279 - 6 Região - MG

Coordenadora da Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Coordenadora Nacional/Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário

RG: MG 13.588.839

CPF: 113.942.797-01



NUMERO PROTOCOLO:

DATA: ____/____/____

**FICHA DE ACOLHIMENTO**

Coordenadora Responsável pelo Acolhimento: _____

Dupla Responsável pelo Atendimento: _____

Nome da acolhida: _____

Nome do responsável, nível de parentesco e contato (menor de idade):

Idade: _____

Data de Nascimento: _____

CPF: _____

RG: _____

Estado Civil: _____

Contato: _____

Filhos: () Não () Sim, quantos, idade: _____

Profissão: _____

Renda Mensal: _____

Endereço: _____

Encaminhada por quem? (Nome da Instituição, da pessoa e contato)
_____**Nível de Prioridade:** (urgente ou não urgente): _____

Se urgente, qual o nível de urgência do atendimento (de 0 a 10) - ()

Necessidade de abrigamento: () Sim () Não

Frequência na casa: () Pontual () Frequente

Quantas vezes por semana? Por quanto tempo? _____

Caso de violência: () Sim () Não

() Violência Moral: (Calúnia, difamação, ou injúria)

() Violência Física: (Saúde ou integridade do corpo da mulher)

() Violência psicológica: (Dano a auto estima, identidade ou desenvolvimento)

() Violência Patrimonial: (reter, subtrair, destruir bens pessoais, instrumentos de trabalho, documentos e valores – dinheiro)

() Violência Sexual: (obrigar a ter ou presenciar relações sexuais contra sua vontade)

() Violência Institucional: (policial, médico ou alguma pessoa relacionada a uma instituição)



NUMERO PROTOCOLO:

DATA: ____/____/____



Caso sim, já existe algum processo contra o agressor: () _____

Se não é caso de violência, qual a demanda do atendimento:

Sobre a questão de saúde/ psicológica:

1) Possui algum tipo de doença ou outra questão de saúde: () Sim () Não

Qual: _____

Toma algum medicamento: _____

2) Realiza/ realizou tratamento médico (de qualquer especialidade):

() Sim, realiza atualmente () Sim, realizou, passado () Não

Se sim, qual especialidade: _____

() SUS/ Público () Privado

3) Realiza/ realizou atendimento psiquiátrico (CAPS/CERSAM, Raul Soares, Galba Veloso):

() Sim, realiza atualmente () Sim, realizou, passado () Não

Qual local: _____

Se sim, toma remédios psiquiátricos, qual: _____

4) Realizou ou realiza atendimento psicológico:

() Sim, realiza atualmente () Sim, realizou, passado () Não

() SUS/ Público () Privado

Breve resumo do caso (algo que não foi descrito acima):

Indicação para atendimento: () Advogadas () Psicólogas () Ass. Social

Eu, _____, responsabilizo-me pelo acolhimento na Casa de Referência da Mulher Tina Martins, sob as condições estabelecidas pela instituição, de acordo com o regimento interno.

Assinatura Coordenadora:

Assinatura Acolhida:

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20_____